

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

EDITAL Nº 001/2016

CONCURSO PÚBLICO para
Delegado de Polícia Civil



T

Verifique se esta
LETRA é a mesma
do seu Cartão
de Respostas.

O CANDIDATO QUE FIZER
PROVA DE LETRA DIFERENTE
SERÁ ELIMINADO.

CÓDIGO
DO 1

MANHÃ

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE DE HONORÉ DE BALZAC PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

“Os governos passam, as sociedades morrem, mas a Polícia é eterna.”

ATENÇÃO

- DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas.
- ESTE CADERNO CONTÉM 80 (OITENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	05	0,1
Direito Administrativo	10	0,1
Direito Ambiental	05	0,1
Direito Civil/Empresarial	10	0,1
Direito Constitucional	10	0,1
Direitos Humanos	05	0,1
Direito Penal	10	0,2
Direito Processual Penal	10	0,2
Medicina Legal	05	0,1
Legislação Especial	10	0,1

- VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM. CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.
- RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS E ANOTAR SEU GABARITO.
- O CADERNO DE QUESTÕES SERÁ ENTREGUE JUNTAMENTE COM O CARTÃO DE RESPOSTAS.
- CONFIRA OS DADOS CADASTRAIS CONTIDOS NO CARTÃO DE RESPOSTAS, CASO HAJA ALGUMA INCORREÇÃO, COMUNIQUE AO FISCAL.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O documento oficial original de identificação e os pertences recolhidos pelo fiscal de sala serão devolvidos na saída definitiva do candidato, após entrega do cartão de Resposta assinado e Caderno de Questões;
- A coleta de impressão digital será efetuada na entrada da sala, na lista de presença, e por ocasião da saída em definitivo do local de prova, no Cartão de Respostas;
- Após o início da prova e até a entrega do cartão de Respostas e Caderno de Questões, o candidato poderá pedir ao fiscal para autorizar sua ida ao banheiro, permanecendo calado no trajeto, sempre acompanhado do fiscal, sofrendo antes e depois da entrada na sala revista através de detector de metal;
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 2 (duas) horas do início efetivo da prova;
- Após 2 (duas) horas do início efetivo da prova, o candidato poderá anotar o gabarito da prova, exclusivamente, em formulário próprio a ser distribuído pelos fiscais de sala. Não será permitido, em momento algum, levar o caderno de questões.
- Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair somente juntos, após assinarem o relatório de ocorrência;
- AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO DEVERÁ SE RETIRAR IMEDIATAMENTE DO LOCAL, NÃO SENDO POSSÍVEL, NEM MESMO, A UTILIZAÇÃO DOS BANHEIROS E/OU BEBEDOUROS;
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções, em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local;
- A equipe de fiscalização não está autorizada a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas;
- Será eliminado do Concurso Público da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos contidos no EDITAL Nº 01/2016 - SEAD/PCPA, CONCURSO C-203.

BOA PROVA!

www.funcab.org

Texto para responder às questões de 01 a 05.

Não são só ladrões os que roubam bolsas ou espreitam os que se vão banhar, para lhes colher a roupa; os ladrões, que mais própria ou dignamente merecem este título, são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos; os outros furtam debaixo do seu risco, estes sem temor, nem perigo; os outros, se furtam, são enforcados; estes furtam e enforcam. Diógenes, que tudo via com mais aguda vista que os outros homens, viu que uma grande tropa de varas e ministros de justiça levavam a enforcar uns ladrões, e começou a bradar: "Lá vão os ladrões grandes enforcar os pequenos..." Ditosa a Grécia, que tinha tal pregador! E mais ditosas as outras nações, se nelas não padecera a justiça as mesmas afrontas. Quantas vezes se viu em Roma ir a enforcar um ladrão por ter furtado um carneiro, e no mesmo dia ser levado em triunfo um cônsul, um ditador por ter roubado uma província! E quantos ladrões teriam enforcado estes mesmos ladrões triunfantes? De um chamado Seronato disse com discreta contraposição Sidônio Apolinar: *Non cessat simul furta, vel punire, vel facere*. Seronato está sempre ocupado em duas coisas: em castigar furtos, e em os fazer. Isto não era zelo de justiça, senão inveja. Queria tirar os ladrões do mundo, para roubar ele só.

VIEIRA, Antônio. Sermões. In: MOTTA, Dantas. *Primeira epístola de Jm. Jzé. da Sva. Xer. – o Tiradentes – aos ladrões ricos*. Rio: Civilização Brasileira, 1967, p. s/nº

Questão 01

Para persuadir o ouvinte a chegar a determinada conclusão, o falante, ao argumentar, recorre comumente a estratégias como as seguintes:

1. justificar a tese esposada.
2. apoiar-se em fatos históricos.
3. especificar, com exemplo, fato genérico.
4. apelar para argumento de autoridade.

No texto apresentado, o autor recorre a:

- A) apenas 1 e 2.
- B) 1, 2, 3 e 4.
- C) apenas 3 e 4.
- D) apenas 1, 3 e 4.
- E) apenas 2.

Questão 02

Constitui um equívoco de leitura supor que o pronome em destaque se refere ao elemento do texto indicado em:

- A) para LHES colher a roupa / os que se vão banhar.
- B) e em OS fazer / furtos.
- C) se nELAS não padecera / as outras nações.
- D) os QUE roubam bolsas / ladrões.
- E) furtam debaixo do SEU risco / os outros.

Questão 03

Evidencia-se o contraste semântico observado no primeiro período do texto inserindo-se, entre a forma verbal "são" e o demonstrativo "aqueles" (*vide*: "são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões"), a seguinte palavra ou expressão:

- A) também.
- B) ademais.
- C) sobretudo.
- D) não menos.
- E) inclusive.

Questão 04

Releia-se a seguinte passagem:

Diógenes, que tudo via com mais aguda vista que os outros homens, VIU que uma grande tropa de varas e ministros de justiça LEVAVAM a ENFORCAR uns ladrões, e COMEÇOU a bradar: "Lá vão os ladrões grandes enforcar os pequenos..." Ditosa a Grécia, que tinha tal pregador! E mais ditosas as outras nações, se nelas não PADECERA a justiça as mesmas afrontas.

Em relação às formas verbais em destaque, carece de sustentação o comentário feito em:

- A) padecera / forma de mais-que-perfeito usada por "padecesse".
- B) enforcar / forma com valor de voz passiva = ser enforcados.
- C) começou / forma empregada como auxiliar de "bradar".
- D) viu / forma semanticamente equivalente a "tinha visto".
- E) levavam / forma substituível por "levava", sem erro de concordância.

Questão 05

Considerem-se as seguintes orações:

1. se nelas não padecera A JUSTIÇA as mesmas afrontas
2. ...QUANTOS LADRÕES teriam enforcado estes mesmos ladrões triunfantes?
3. De um chamado Seronato disse com discreta contraposição SIDÔNIO APOLINAR

Nessas orações, a função de sujeito é exercida pelos termos destacados em:

- A) 1, 2 e 3.
- B) apenas 1 e 3.
- C) apenas 1 e 2.
- D) apenas 3.
- E) apenas 2.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 06**

Com base na legislação aplicada aos atos de improbidade administrativa, assinale o item correto.

- A) As entidades cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, também gozam da proteção da lei de improbidade administrativa, não se limitando, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- B) A lei de improbidade administrativa dispensa a participação do Ministério Público nas ações de improbidade, primando pela celeridade processual e pela eficiência.
- C) Os atos que atentem contra o patrimônio de empresas privadas podem caracterizar atos de improbidade administrativa, desde que estas entidades recebam subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, por parte da administração pública.
- D) Será punido com a pena de suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
- E) Os sucessores daqueles que causarem lesão ao patrimônio público ou enriquecem ilícitamente não estão sujeitos às cominações da lei de improbidade administrativa, já que o texto constitucional é claro ao determinar que a pena não passe da pessoa do condenado.

Questão 07

Acerca da disciplina dos atos administrativos, especificamente os seus atributos, assinale a opção correta.

- A) A exigibilidade dos atos administrativos ocorre quando, por meios da coação direta, a administração pública executa diretamente o ato desrespeitado, fundamentadamente em nome da supremacia do interesse público e da indisponibilidade deste interesse.
- B) Os atos administrativos devem ser editados conforme disposições legais, a chamada presunção de veracidade. Esta presunção é absoluta, *juris tantum*. O ato goza de fé pública, devendo o particular lesado fazer provas de negativa dos fatos.
- C) Os atos administrativos possuem a presunção de serem verdadeiros, a chamada presunção de veracidade, sendo essa presunção absoluta, *juris et jure*. O ato goza de fé pública, devendo o particular lesado fazer provas de negativa dos fatos.
- D) Todos os atos administrativos são imperativos, ou seja, obrigam de forma unilateral o particular, encontrando limite na legalidade em sentido estrito. A exceção ao atributo da imperatividade são os atos ilícitos, que não devem ser cumpridos pelo administrado, prescindindo de manifestação judicial.
- E) O poder público poderá executar atos administrativos diretamente ante a inexecução de obrigação pelo particular, atributo que recebe o nome de autoexecutoriedade, que prescinde da participação do poder judiciário.

Questão 08

Considere o seguinte caso hipotético: Secretaria de Segurança Pública (SSP) de um determinado Estado da Federação contratou para o treinamento e aperfeiçoamento dos seus policiais empresa técnica especializada em técnicas de abordagem policial e técnicas especiais de investigação, contando em seu corpo técnico docente com dois antigos policiais do Núcleo de Operações Especiais (NOE) da Polícia Federal. Esses policiais têm reconhecimento internacional pela sua técnica apurada, inclusive já ministrando cursos nos Estados Unidos da América, Israel, Rússia, Espanha e Itália. Em virtude disso, a SSP não realizou a licitação, conforme previsão legal, devido à notória especialização destes dois membros que compõem o corpo docente da empresa contratada. Os cursos serão ministrados pelos dois policiais, Charles e Leandro, o que justificou a não realização do processo licitatório, e sua equipe, conforme o contrato assinado entre a contratada e o Estado da Federação. Com base na legislação aplicada ao tema, notadamente a Lei nº 8.666/1993, assinale a opção correta.

- A) O caso descrito acima não é causa de inexigibilidade de licitação, sendo prescindível a atuação direta e pessoal dos instrutores Charles e Leandro.
- B) O caso descrito acima é de inexigibilidade de licitação; sendo prescindível a atuação direta e pessoal dos instrutores Charles e Leandro, desde que o curso seja ministrado por sua equipe de competência igualmente reconhecida.
- C) O caso descrito acima é de dispensa de licitação; sendo prescindível a atuação direta e pessoal dos instrutores Charles e Leandro, desde que o curso seja ministrado por sua equipe de competência igualmente reconhecida.
- D) O caso descrito acima não é de dispensa de licitação; sendo imprescindível a atuação direta e pessoal dos instrutores Charles e Leandro.
- E) O caso descrito acima é de inexigibilidade de licitação; sendo imprescindível a atuação direta e pessoal dos instrutores Charles e Leandro.

Questão 09

Acerca dos recursos administrativos em licitações, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- A) O Recurso apresentado pelo licitante nas hipóteses de inabilitação, desclassificação da proposta e indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.
- B) Nenhum prazo de recurso ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado, exceto na representação, em que o processo fica retido no respectivo Tribunal de Contas ou em órgão de controle interno.
- C) Na contagem dos prazos estabelecidos na Lei de Licitações, excluir-se-á o dia do vencimento e incluir-se-á o do início, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- D) Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.
- E) Somente os licitantes, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas, poderão representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação da Lei de Licitações.

Questão 10

Nicodemus, presidente de uma empreiteira, oferece a Caio, diretor de uma empresa concorrente, vantagem pecuniária para que este desista de participar do procedimento licitatório promovido pela Administração do Estado do Pará. Nesta hipótese, assinale a alternativa correta.

- A) O fato é típico penal, mas não prevê detenção, apenas medidas educativas como a obrigação de assistir palestras sobre ética na Administração Pública e prevenção de fraudes em licitações.
- B) No processamento e julgamento das infrações penais definidas na Lei de Licitações, assim como nos recursos e nas execuções que lhes digam respeito, ficam afastadas as regras previstas na Lei de Execução Penal.
- C) Nicodemus responde por afastar ou procurar afastar licitante, mas Caio não responde, mesmo que tenha aceitado a vantagem oferecida.
- D) O fato é atípico, tendo em vista tratar-se de crime próprio e, portanto, não podendo ser praticado por particular.
- E) Qualquer pessoa que tiver conhecimento do fato poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe, por escrito ou verbalmente, informações sobre o fato e sua autoria, bem como as circunstâncias em que se deu a ocorrência.

Questão 11

Ilaney sempre foi prodígio em seus estudos, tendo ingressado no ensino médio aos doze anos, e concluído aos quinze anos. Com a mesma idade ele ingressou na universidade. Muito estudioso, o rapaz decidiu prestar concurso público para o cargo de auxiliar de atendente, na prefeitura de sua cidade. O cargo exigia o nível médio, bem como a idade mínima de dezoito anos, conforme a lei que instituía o cargo e o edital do concurso. Ilaney foi aprovado em primeiro lugar, todavia, na data da posse, o rapaz contava com dezessete anos e onze meses de idade. Considere que o candidato fora emancipado voluntariamente por seus pais quando possuía dezessete anos completos. Com base no posicionamento dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A) Ilaney não poderá tomar posse, já que não possuía a idade mínima prevista no edital e na lei.
- B) Ilaney poderá tomar posse, devendo ocorrer uma mudança na lei, condição única que permitirá o exercício da função, devendo a lei retroagir para beneficiá-lo.
- C) Ilaney não poderá tomar posse, devendo ocorrer uma mudança no edital, por ato administrativo, o que permitiria a posse do candidato.
- D) Ilaney poderá tomar posse, já que tal distinção etária é desarrazoada, uma vez que não há complexidade na execução das atividades do cargo que justifique tal distinção.
- E) Ilaney não poderá tomar posse, salvo se ocorrer uma mudança legislativa, bem como no edital, o que permitiria a posse do candidato.

Questão 12

Madalena estava estudando para o concurso público de fiscal de rendas há três anos, quando saiu o edital deste concurso para o preenchimento de dez vagas. Segundo informação do órgão tributário noticiado na mídia haveria quarenta cargos vagos para esta função. Realizada a prova objetiva, fase única deste certame, a candidata obteve a décima segunda colocação. Conforme o entendimento dos tribunais superiores, responda a opção em que o candidato terá direito subjetivo à nomeação.

- A) Quando o candidato for aprovado para determinado cargo, mesmo fora do número de vagas previstas no edital, e houver cargos vagos além dos previstos no edital do certame.
- B) Quando o candidato for aprovado dentro do número de vagas previsto no edital, não havendo exceção a esta regra, nem mesmo por fato superveniente, imprevisível e grave.
- C) Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer à preterição de candidatos aprovados fora das vagas de forma motivada por parte da administração.
- D) Não há hipótese em que o candidato aprovado em concurso público tenha direito subjetivo à nomeação, já que a nomeação de aprovados em concurso público é dotada da discricionariedade administrativa, sendo a aprovação mera expectativa de direito à nomeação.
- E) Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação.

Questão 13

Com relação aos Poderes da Administração, marque a opção correta.

- A) O Supremo Tribunal Federal decidiu que os conselhos reguladores de profissão têm natureza de autarquia. Tal decisão se fundamentou no fato de que elas atuam no exercício regular do poder de polícia, sendo este poder indelegável ao particular.
- B) O poder de polícia poderá ser exercido pela administração indireta, dentre elas as autarquias e as sociedades de economia mista.
- C) O poder de polícia é sempre discricionário, cabendo ao executor do ato de polícia decidir pela conveniência e oportunidade.
- D) Não há contraditório quando o Estado age revestido do poder de polícia. No momento em que os agentes de vigilância sanitária apreendem mercadorias impróprias para o consumo, diante da flagrância, afasta-se o contraditório, por expressa determinação constitucional.
- E) A sanção de polícia prescreve em 3 anos, contados da data do ato, ou no caso de infrações permanentes, do dia em que tiver cessado.

Questão 14

Levando em consideração o assunto serviço público, seus princípios específicos e o posicionamento acerca do assunto nos Tribunais Superiores, marque a opção correta.

- A) É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando o débito for decorrente de suposta fraude no medidor de consumo de energia apurada unilateralmente pela concessionária.
- B) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do consumidor decorrer de débitos pretéritos, uma vez que se busca impedir o enriquecimento sem causa e também como forma de coação ao pagamento.
- C) É ilegítima a cobrança da tarifa de água fixada de acordo com as categorias de usuários e as faixas de consumo.
- D) Caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.
- E) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção após prévio aviso, quando por inadimplemento, considerado o interesse da coletividade. Sendo assim, é viável, portanto, responsabilizar-se o atual usuário, adimplente com suas obrigações, por débito pretérito relativo ao consumo de água, por exemplo, do usuário anterior.

Questão 15

Quanto ao assunto da delegação e avocação, explicitamente relacionado ao elemento competência dos atos administrativos, assinale a opção correta, conforme o preceito legal.

- A) Em caso de impetração de mandado de segurança em face de ato praticado por delegação, o agente delegante deverá figurar como autoridade coatora, uma vez que a delegação não implica em renúncia de competência.
- B) É possível ato de delegação de competência genérico, desde que o órgão delegado seja hierarquicamente subordinado ao órgão delegante.
- C) A avocação de competência, que consiste na regra, é permitida a órgão hierarquicamente inferior, prescindindo de justificação quanto à relevância dos motivos que levaram a autoridade superior à prática de tal ato.
- D) Um órgão colegiado poderá delegar parte de sua competência a seu presidente quanto for conveniente, em razão de circunstâncias de índole jurídica, em não havendo impedimento legal.
- E) A avocação de competência, assim como a delegação, são espécies de alteração de competência superveniente, de caráter temporário, sendo possível quando não houver impedimento legal. Em caso de renúncia de competência de subordinado, o superior hierárquico se torna automaticamente competente para a prática do ato, por expressa determinação legal.

DIREITO AMBIENTAL**Questão 16**

Acerca dos princípios que informam o Direito Ambiental, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o meio ambiente, bem como da repartição de competências em matéria ambiental, assinale a alternativa correta.

- A) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, inclusive jazidas, minas e outros recursos minerais.
- B) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe que a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, a Caatinga, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- C) Em que pese a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ter consagrado, de modo expresso, o princípio da solidariedade intergeracional, a proteção ambiental constitucional apenas abrange a solidariedade sincrônica, mas não a diacrônica.
- D) O município é competente para legislar sobre o meio ambiente, com a União e o Estado-membro, no limite do seu interesse local e desde que esse regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados. Contudo, mesmo que ausente ou lacunosa a legislação da União ou dos Estados-membros, é vedado ao município, sob pena de inconstitucionalidade, editar lei dispensando o estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.
- E) Diante do novo processo civilizatório adaptado aos tempos atuais, mormente considerando as exigências da sociedade da informação, em que há uma verdadeira cultura de convergência em que as emissoras de rádio e televisão, o cinema, os videogames, a internet e as comunicações originam um novo aspecto do meio ambiente do trabalho, a saber, o meio ambiente digital, a tradicional classificação do meio ambiente em natural, artificial, cultural e do trabalho perdeu completamente a utilidade jurídica.

Questão 17

No que tange à Lei nº 12.651/2012, à Lei nº 11.428/2006 e à Lei nº 9.433/1997, assinale a alternativa correta.

- A) A inscrição do imóvel rural no CAR, que é obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual, e o cadastramento será considerado título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse.
- B) Conforme a Política Nacional de Recursos Hídricos, a água é um recurso natural limitado e bem de domínio público, contudo, desprovido de valor econômico.
- C) Caso ocorra supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos na Lei nº 12.651/2012, e esta obrigação não tem natureza real, mas sim pessoal.
- D) A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas na Lei nº 12.651/2012. Já a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.
- E) A vegetação primária ou a vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração do Bioma Mata Atlântica não perderão esta classificação nos casos de incêndio, desmatamento ou qualquer outro tipo de intervenção não autorizada ou não licenciada, salvo nos casos constantes do rol taxativo previsto na Lei nº 11.428/2006.

Questão 18

Relativamente à Lei Complementar nº 140/2011, à Lei nº 9.985/2000 e à Lei nº 6.938/1981, assinale a alternativa correta.

- A) O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) tem por órgão superior o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
- B) A Estação Ecológica, unidade de conservação de domínio privado, tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
- C) A Floresta Nacional, a Reserva Extrativista, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Reserva Biológica são categorias de unidade de conservação pertencentes ao grupo das unidades de uso sustentável.
- D) Os órgãos licenciadores devem observar os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento, mas o decurso dos prazos de licenciamento ambiental, sem a emissão da licença ambiental, não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra, mas instaura a competência supletiva prevista na Lei Complementar nº 140/2011.
- E) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas nos termos da Lei Complementar nº 140/2011. Contudo, os demais entes federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.

Questão 19

Quanto à responsabilidade ambiental, assinale a alternativa correta.

- A) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, para o fim de apuração do nexo de causalidade no dano ambiental, equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem deixa fazer, quem não se importa que façam, quem financia para que façam, e quem se beneficia quando outros fazem.
- B) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, atualmente, não admite responsabilização de poluidores por dano extrapatrimonial coletivo ambiental.
- C) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que é prescritível a pretensão reparatória de danos ambientais. O entendimento utilizou o fundamento de que a segurança jurídica deve prevalecer diante do bem ambiental.
- D) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato. Nestes termos, apenas o caso fortuito, a força maior e o fato de terceiro têm o condão de evitar o dever de responsabilização ambiental.
- E) O Superior Tribunal de Justiça entende que a responsabilidade ambiental do Estado, nos casos de condutas omissivas, é subjetiva, demandando análise de culpa ou dolo.

Questão 20

Considerando os entendimentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assim como a disciplina constitucional e legal, assinale a alternativa correta quanto à responsabilização criminal da pessoa jurídica por crimes ambientais.

- A) O Supremo Tribunal Federal, por meio de julgamento da 1ª Turma, entendeu que a Constituição Federal de 1988 não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. Em outras palavras, a norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação.
- B) A Lei nº 9.605/1998 veda, expressamente, a liquidação forçada de pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime ambiental.
- C) É pacífico, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais não dispensa a imputação concomitante da pessoa física que age em seu nome ou em seu benefício. Em outras palavras, a teoria da dupla imputação necessária prevalece, atualmente, no Superior Tribunal de Justiça.
- D) Para que as pessoas jurídicas sejam responsabilizadas penalmente nos termos da Lei nº 9.605/1998, exige-se apenas que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado.
- E) O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, com fulcro em vedação constitucional, não admitem a responsabilização criminal da pessoa jurídica por crimes ambientais.

Questão 21

Assinale a resposta correta, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- A) A escusa ao cumprimento da lei exige a demonstração de seu desconhecimento.
- B) As obrigações são regidas pela lei do país em que constituídas.
- C) Perdendo a lei revogadora sua vigência, não se admite a previsão legal de repristinação da lei revogada.
- D) As regras sobre a capacidade e o direito de família são regidas pela lei do país onde nascida a pessoa.
- E) Na omissão da lei, deve o juiz recorrer à livre discricionariedade.

Questão 22

Instituído por lei prazo decadencial para o exercício de determinado direito, anteriormente não sujeito a decadência, é correto afirmar que este prazo decadencial:

- A) poderá incidir sobre os direitos adquiridos antes da sua vigência, sem com isso implicar em retroatividade ou ofensa a direito adquirido.
- B) ficará suspenso para todos os efeitos, até que tenham sido exercidos todos os direitos adquiridos sob o regime anterior.
- C) não poderá ser aplicado, haja vista a vedação constitucional à diminuição de prazos de decadência.
- D) não poderá ser aplicado a direitos já constituídos quando da entrada da norma em vigor, porquanto já adquirido o direito ao regime jurídico decadencial da lei antiga.
- E) incidirá apenas sobre os direitos adquiridos nos 10 anos anteriores à sua vigência e posteriormente, de modo a garantir a segurança jurídica.

Questão 23

Segundo o regime previsto pelo Código Civil brasileiro para os bens:

- A) as praias e as ruas são bens públicos de uso especial.
- B) consideram-se benfeitorias todos os acréscimos sobrevindos ao bem, independentemente de intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- C) os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo disposição legal, contratual ou circunstâncias do caso.
- D) constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- E) os bens dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação.

Questão 24

Sobre a posse, é correto afirmar que:

- A) Considera-se de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- B) O locatário exerce detenção, não posse, do bem alugado.
- C) A posse direta anula a indireta de quem foi havida.
- D) A reintegração de posse não pode ser concedida contra o titular do domínio.
- E) A posse injusta pode ser de boa-fé.

Questão 25

Assinale a alternativa correta a respeito da responsabilidade civil e da sua relação com a responsabilidade criminal.

- A) A sentença absolutória penal fundada na ausência de prova de culpa inibe a respectiva ação indenizatória civil.
- B) Negada a autoria pelo juízo criminal, a questão ainda pode ser discutida no juízo civil.
- C) O reconhecimento da materialidade pelo juízo criminal vincula o juízo civil.
- D) Havido o ressarcimento em cumprimento de sentença civil e sobrevivendo sentença penal absolutória, assentando a inexistência do fato, deve haver imediata repetição.
- E) As responsabilidades civil e criminal são absolutamente independentes.

Questão 26

O sócio de sociedade em comum, que contrata pela sociedade:

- A) pratica atividade ilícita, por se tratar de sociedade não personificada e, portanto, irregular.
- B) pode por qualquer forma em direito provar a existência da sociedade perante a outra parte no contrato.
- C) responde pessoal e ilimitadamente pelas obrigações assumidas no contrato, desde que não haja mais bens da sociedade passíveis de execução.
- D) é considerado fiador da sociedade perante a outra parte no contrato.
- E) responde pessoal e ilimitadamente pelas obrigações assumidas no contrato, excluído o benefício de ordem.

Questão 27

Não se sujeitam à recuperação judicial os créditos:

- A) de natureza trabalhista ou fiscal.
- B) constituídos antes do pedido de recuperação judicial.
- C) garantidos por hipoteca registrada antes do pedido de recuperação judicial.
- D) não vencidos na data do pedido de recuperação judicial.
- E) cujo credor seja titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis.

Questão 28

Sobre a tutela da Propriedade Industrial, é correto afirmar que:

- A) a declaração de caducidade do registro de marca opera efeitos jurídicos retroativos - *ex tunc*.
- B) cabe ao INPI e não ao Poder Judiciário analisar os requisitos necessários à qualificação da marca como de alto renome.
- C) a proteção especial da marca de alto renome, em todos os ramos de atividade prescinde de procedimento administrativo junto ao INPI.
- D) para a tutela da marca não basta a mera possibilidade de confusão, exige-se prova de efetivo engano por parte de clientes ou consumidores específicos.
- E) o termo inicial da prescrição da ação indenizatória por uso indevido de marca surge a partir da violação do direito e não se prolonga no tempo nos casos de violações permanentes ou continuadas.

Questão 29

Assinale a alternativa correta a respeito dos títulos de crédito.

- A) O devedor não pode alegar contra a empresa de factoring as exceções pessoais originalmente oponíveis contra o emitente do título.
- B) A cambial emitida com omissões, ou em branco, pode ser completada pelo credor de boa-fé antes da cobrança ou do protesto.
- C) A autonomia do aval decorre da abstração do título de crédito e, portanto, depende da sua circulação.
- D) Incumbe ao credor providenciar o cancelamento do protesto após a quitação da dívida, salvo pactuação expressa em contrário.
- E) A prescrição da pretensão executória de título cambial enseja o cancelamento automático de anterior protesto regularmente lavrado e registrado.

Questão 30

No tocante a crédito oriundo de cheque, o termo inicial para a incidência de correção monetária e o *dies a quo* para a contagem de juros de mora são:

- A) respectivamente, a data da primeira apresentação e a data da citação na ação de cobrança.
- B) respectivamente, a data de emissão estampada na cártula e a data da citação na ação de cobrança.
- C) a data da primeira apresentação.
- D) respectivamente, a data de emissão estampada na cártula e a data da primeira apresentação à instituição financeira sacada ou câmara de compensação.
- E) a data de emissão estampada na cártula.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 31**

Um Deputado federal deixou de comparecer a dois terços das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados, para tratar de assuntos pessoais. Considerando-se esse comportamento, pode-se afirmar corretamente que a:

- A) perda do mandato do Deputado poderá ser declarada pela Mesa do Congresso Nacional, mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.
- B) Constituição Federal estabelece como uma das causas para a perda do mandato do parlamentar o não comparecimento, em cada sessão legislativa, à metade das sessões ordinárias da Casa a que pertencer.
- C) renúncia do parlamentar, após a instauração de processo que vise ou possa levar à perda do mandato, acarretará o arquivamento do processo.
- D) perda do mandato do Deputado será decidida pelo Câmara dos Deputados, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.
- E) perda do mandato do Deputado será declarada pela Mesa da Câmara dos Deputados, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Questão 32

Assinale a alternativa correta em relação ao mandado de injunção, recentemente regulamentado pela Lei nº 13.300/2016.

- A) Findo o prazo para as informações do impetrado, o Ministério Público opinará em 10 (dez) dias e, como parecer, os autos serão conclusos para decisão.
- B) O mandado de injunção coletivo, pode ser impetrado por organização sindical legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus membros, mediante autorização especial obtida em assembleia geral.
- C) A norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos ex nunc em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado em sede de mandado de injunção, salvo se a aplicação da norma editada lhes for mais favorável.
- D) Transitada em julgado e decisão do mandado de injunção, seus efeitos poderão ser estendidos aos casos análogos, desde que por decisão fundamentada do órgão colegiado competente.
- E) Da decisão de relator que indeferir a petição inicial do mandado de injunção, caberá apelação, em 10(dez) dias, para o órgão colegiado competente para o julgamento da impetração.

Questão 33

Em relação aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, mesmo que já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- B) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, em qualquer hipótese, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- C) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana, sendo vedado o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
- D) O texto constitucional atribui expressamente ao Ministério Público legitimidade para a impetração de mandado de segurança coletivo.
- E) São direitos sociais expressamente previstos na Constituição Federal o transporte, o lazer, a segurança, a seguridade social, a proteção à velhice e a assistência aos desamparados.

Questão 34

A Organização do Estado brasileiro é expressamente disciplinada na Constituição Federal de 1988, sendo correto afirmar que:

- A) compete privativamente à União legislar sobre criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
- B) nos Territórios Federais, além do Governador nomeado na forma da Constituição Federal, haverá órgãos judiciários, somente de primeira instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.
- C) os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- D) compete exclusivamente à União impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
- E) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito financeiro, tributário, urbanístico, penitenciário e econômico.

Questão 35

Acerca dos direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- A) São inalistáveis os estrangeiros, os conscritos, durante o período militar obrigatório, e os analfabetos.
- B) A improbidade administrativa é causa de perda do direitos políticos.
- C) O alistamento e o voto são facultativos para os analfabetos e os maiores de sessenta anos.
- D) Os analfabetos são inelegíveis e inalistáveis.
- E) Todo inalistável é inelegível, mas nem todo inelegível é inalistável.

Questão 36

No tocante ao controle de constitucionalidade, na hipótese de recente lei ordinária dispensar o contraditório em processo administrativo que objetiva a imposição de sanções a servidores públicos, é correto afirmar que o referido ato normativo padeceria de inconstitucionalidade:

- A) superveniente.
- B) nomodinâmica.
- C) nomoestática.
- D) formal subjetiva.
- E) formal objetiva.

Questão 37

Acerca do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que:

- A) todos os seus membros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- B) compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução.
- C) é órgão do Poder Judiciário, competindo-lhe o controle da atuação administrativa e financeira dos órgãos essenciais à justiça e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes.
- D) o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo Tribunal e nomeado pelo Presidente da República, exercerá a função de Ministro-Corregedor.
- E) dentre os seus integrantes, há dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Congresso Nacional.

Questão 38

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) é vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
- B) os Estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- C) o ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- D) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sendo que o seu não oferecimento, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
- E) a União aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Questão 39

Assinale a alternativa correta no que concerne à responsabilidade do Presidente da República.

- A) Nas infrações penais comuns, admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- B) Se, decorrido o prazo de cento e vinte dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
- C) Nos crimes de responsabilidade, o Presidente ficará suspenso de suas funções se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- D) No crime de responsabilidade, admitida a acusação contra o Presidente da República, por um terço da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- E) Nas infrações penais comuns, o Presidente ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal.

Questão 40

Sobre o Processo Legislativo, assinale a alternativa correta.

- A) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- B) A iniciativa popular de lei ordinária pode ser exercida pela apresentação ao Congresso Nacional de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- C) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, à cidadania, aos direitos políticos, aos partidos políticos e ao direito eleitoral.
- D) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- E) A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois quintos dos votos dos respectivos membros.

DIREITOS HUMANOS**Questão 41**

A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assinale a alternativa correta.

- A) Estabelece que a vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos, devendo se exprimir por meio de eleições honestas, realizadas periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.
- B) Prevê a criação de um Tribunal Internacional para a verificação do cumprimento dos direitos humanos por ela estabelecidos.
- C) Dispõe que a educação gratuita abrange o ensino elementar, técnico e profissional.
- D) Possui natureza de tratado internacional e força vinculante em relação a todos os países que a ratificaram.
- E) Foi o primeiro documento internacional a tratar expressamente de direitos humanos de terceira dimensão, como a paz e o meio ambiente.

Questão 42

Assinale a alternativa correta em relação ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

- A) Dispõe que qualquer condenado à morte terá o direito de pedir indulto ou comutação da pena.
- B) Reconhece o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida.
- C) Proíbe a pena de morte em qualquer hipótese para menores de 21 anos e para as mulheres grávidas.
- D) Estabelece que o ensino superior deve ser tornado acessível a todos em plena igualdade, em função das capacidades de cada um, por todos os meios apropriados e nomeadamente pela instauração progressiva da educação gratuita.
- E) Reconhece expressamente o direito de todas as pessoas à segurança social, incluindo os seguros sociais.

Questão 43

Conforme estabelecido na Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, é correto afirmar:

- A) O Comitê contra a Tortura será composto por dez peritos de elevada reputação moral e reconhecida competência em matéria de direitos humanos, indicados diretamente pelo Secretário Geral das Nações Unidas.
- B) Admite-se excepcionalmente a prática de tortura para se evitar crime de genocídio ou em caso de guerra declarada.
- C) Considera-se tortura qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa, ainda que sejam consequência unicamente de sanções legítimas.
- D) O Comitê Contra Tortura deverá receber e examinar todas as comunicações, ainda que anônimas, enviadas por pessoas que aleguem ser vítimas de violação, por um Estado Parte, das disposições da Convenção.
- E) Cada Estado Parte assegurará que nenhuma declaração que se demonstre ter sido prestada como resultado de tortura possa ser invocada como prova em qualquer processo, salvo contra uma pessoa acusada de tortura como prova de que a declaração foi prestada.

Questão 44

Sobre Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, é correto afirmar que:

- A) o Tribunal Penal Internacional poderá impor pena de expatiação se o elevado grau de ilicitude do fato e as condições pessoais do condenado a justificarem.
- B) são considerados crimes contra a humanidade os atos praticados com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso.
- C) o Tribunal Penal Internacional (TPI) terá competência apenas para julgar os crimes de genocídio, os crimes contra a humanidade e os crimes de agressão.
- D) nenhuma pessoa poderá ser julgada por outro tribunal por um crime de competência do Tribunal Penal Internacional, relativamente ao qual já tenha sido condenada ou absolvida pelo TPI.
- E) o Tribunal Penal Internacional é vinculado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e possui competência para julgar pessoas físicas.

Questão 45

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- A) é livre a locomoção no território nacional, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- B) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou indulto a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- C) as entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- D) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário, em qualquer caso, indenização ulterior.
- E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Questão 46

“A expressão domínio do fato foi usada, pela primeira vez, por Hegler no ano de 1915, mas ainda não possuía a conotação que se lhe empresta atualmente, estando mais atrelada aos fundamentos da culpabilidade. A primeira formulação da ideia central da teoria do domínio do fato no plano da autoria, em termos assemelhados aos contornos que lhe confere Roxin, deu-se efetivamente em 1933, por Lobe, mas produziu eco apenas quando Welzel a mencionou – sem referir-se, no entanto, ao seu antecessor – em famoso estudo de 1939, referindo-se a um domínio final do fato como critério determinante da autoria. Em razão dessa sucessão de referências esparsas e pouco lineares à ideia de domínio do fato é que se pode dizer, sem exagero, que apenas em 1963, com o estudo monográfico de Roxin, a ideia teve seus contornos concretamente desenhados, o que lhe permitiu, paulatinamente, conquistar a adesão de quase toda a doutrina” (GRECO, Luis; LEITE, Alaor. *O que é e o que não é a teoria do domínio do fato: sobre a distinção entre autor e partícipe no direito penal. In Autoria como domínio do fato*. São Paulo: Marcial Pons, 2014. p. 21-22).

Com esteio na concepção de Roxin sobre o domínio do fato, assinale a resposta correta.

- A) Reconhece-se de forma pacífica a autoria pelo do domínio de um aparato organizado de poder nos crimes praticados através de empresas, isto é, entidades que não atuam à margem do direito.
- B) Uma das hipóteses de autoria pelo domínio do fato reside no domínio de um aparato organizado de poder. Como característica marcante, entre outras, dessa situação de autoria mediata, tem-se a fungibilidade dos executores, a quem são emitidas ordens dentro de uma estrutura verticalizada de poder.
- C) Por domínio funcional do fato deve ser compreendida a coautoria, que pressupõe a divisão de tarefas relevantes entre os participantes, as quais são postas em prática durante a execução do delito, sendo vedada a imputação recíproca.
- D) A teoria do domínio do fato amplia o conceito de autor. Permite, destarte, a punição de uma pessoa pelo simples ocupar de uma posição de poder na estrutura de determinada organização criminosa, caso membros dessa organização executem o crime. Mesmo que não haja comprovação da ordem emitida por quem tem poder de mando, infere-se sua existência.

- E) Para a teoria do domínio do fato, o autor é a figura central do fato típico. Dessa forma, inegavelmente há autoria na conduta do executor (autor imediato), que é, por exemplo, aquele que pratica a subtração em um crime de furto. Também é autor o mandante, como no caso da pessoa que contrata um pistoleiro para matar alguém.

Questão 47

A fim de fazer uso de certa droga injetável, Eliel pede a Sinval uma seringa emprestada, pois não tem dinheiro para adquirir a sua em uma farmácia. Com a cessão da seringa por Sinval, Eliel ministra a droga no próprio corpo, vindo a falecer em virtude de overdose. Saliente-se que Sinval desejava a morte de Eliel e intimamente torcia para o desfecho trágico. Considerando apenas as informações constantes do enunciado, de acordo com a teoria da imputação objetiva:

- A) É possível a punição de Sinval pelo resultado morte, desde que agasalhada a tese da heterocolocação em risco.
- B) a imputação do resultado morte a Sinval pode ser afastada em virtude da autocolocação da vítima em perigo.
- C) Dado o incremento do risco proibido, Sinval será responsabilizado pela morte de Eliel.
- D) A existência de um nexo de causalidade, reconhecido a partir da teoria da *conditio sine qua non*, é suficiente para a imputação do resultado morte a Sinval.
- E) Sinval não pode ser responsabilizado pelo resultado morte, em virtude da ausência de dolo.

Questão 48

Expressiva parcela da doutrina sustenta a inadequação do crime de escrito ou objeto obsceno (art. 234 do CP) para com os princípios que instruem o direito penal democrático. Um dos focos dessa inadequação reside na indevida alocação do sentimento público de pudor como objeto da tutela jurídica. Isso representa, em tese, violação ao princípio da:

- A) intranscendência.
- B) culpabilidade.
- C) taxatividade.
- D) ofensividade.
- E) insignificância.

Questão 49

Acerca da ação penal nos crimes contra a liberdade sexual e nos crimes sexuais contra vulneráveis, analise as alternativas a seguir, assinalando a correta.

- A) O STJ já decidiu pela exigência de representação do ofendido ou de seu representante legal em caso de vulnerabilidade fugaz, no crime de estupro de vulnerável.
- B) Quando a vítima ou seus pais não podem prover às despesas do processo, sem privar-se de recursos indispensáveis à manutenção própria ou da família, a ação penal é pública incondicionada.
- C) A adoção, pela Lei nº 12.015, da ação penal privada como regra geral foi motivada pelos fenômenos da vitimização secundária e terciária, ditados pelo *strepitus judicii*.
- D) O cancelamento, pelo STF, da Súmula 608 se deu em virtude de alteração do texto do art. 101, CP, promovido pela Lei nº 12.015.
- E) Considerando que a vulnerabilidade etária ditada pelo art. 217-A do CP existe apenas quando a vítima é menor de 14 anos, naquelas hipóteses em que a vítima possui idade igual ou superior a este limite a ação penal é pública condicionada.

Questão 50

Assinale, no que concerne aos crimes contra a administração pública e entre as alternativas a seguir consignadas, aquela que realiza a correta subsunção do comportamento à norma penal.

- A) Dora, em razão de defeito verificado em seu computador pessoal, leva clandestinamente o computador portátil da repartição pública em que trabalha para casa, usando-o para a confecção de um trabalho de faculdade. Em seguida, restitui o equipamento sem que ninguém tenha percebido sua falta. Nesse contexto, majoritariamente se afirma que Dora cometeu crime de peculato-apropriação.
- B) Ao autuar em flagrante delito uma pessoa por crime de furto, Zenóbio, Delegado de Polícia, verifica o estado de penúria em que vive o autuado. Assim, interpretando a lei processual, a ele concede liberdade imediata, dispensando fiança. Por assim agir, Zenóbio praticou crime de prevaricação.
- C) Alceu, imputável, já decidido a praticar crime de roubo, procura seu amigo Laércio. Ao amigo solicita que, uma vez efetivado o crime patrimonial, mantenha o proveito do crime guardado em sua casa, a fim de torná-lo seguro. Laércio aceita a incumbência e age conforme o combinado, unicamente com a intenção de ajudar Alceu, que executa sozinho o roubo. Contudo, a autoria do roubo é descoberta e Alceu acaba condenado por ele. Outrossim, a Polícia Civil consegue recuperar o proveito do crime, que ainda estava com Laércio. Verifica-se, pois, que Laércio cometeu delito de favorecimento real.
- D) Horácio acredita que seu vizinho moleste sexualmente crianças da região em que moram. Mesmo sem qualquer indício que confirme a suspeita, mas convicto da pertinência de sua intuição, Horácio encaminha notícia-crime à Delegacia de Polícia local, dando azo a consecutória investigação policial, a qual conclui pela inexistência de delitos sexuais. Assim, é certo que Horácio praticou denúncia caluniosa.
- E) Eleutério, flagrado por Policiais Militares na posse de pequena quantidade de maconha, é obrigado pelos agentes públicos a ingressar na viatura policial, a fim de ser conduzido à Delegacia. Contudo, a fim de demonstrar seu desprezo em relação à Polícia Militar, Eleutério desfere um violento tapa no rosto do servidor, entrando em seguida no veículo. O policial resta lesionado de forma leve. A conduta de Eleutério, portanto, se subsume aos tipos penais de lesão corporal e resistência, em concurso de crimes.

Questão 51

Tema dos mais árdios, a distinção entre dolo eventual e culpa consciente ensejou o surgimento de diversas teorias, as quais se dividem em volitivas e cognitivas. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- A) A teoria do risco, classificada entre as volitivas, é aquela adotada pelo Código Penal em seu art. 18, I. Seus adeptos entendem que só há dolo eventual quando o agente representa o resultado e assume o risco de produzi-lo.
- B) A teoria da evitabilidade, cognitiva, pressupõe a representação do resultado como possível, o que bastará para a caracterização do dolo eventual. Contudo, se o agente busca evitar o resultado através da ativação de contrafatores, agindo concretamente, existirá culpa consciente.
- C) O conhecimento do risco não permitido, com exclusão de qualquer conteúdo volitivo, determina o reconhecimento do dolo eventual para a teoria da probabilidade, adotada por Jakobs.
- D) De acordo com a teoria do consentimento, de base unicamente cognitiva, não existe culpa consciente. Se há a representação do resultado, invariavelmente existirá dolo eventual.
- E) Para a teoria da representação, que se situa entre as teorias volitivas, há dolo eventual quando o agente admite a possibilidade de ocorrência do resultado e demonstra alto grau de indiferença quanto à afetação do bem jurídico-penal.

Questão 52

Ao realizar a manutenção da rede elétrica na casa de um cliente, o electricista Servílio inadvertidamente entra em um quarto que pensava ser o banheiro. Lá encontra fotos do dono da casa fantasiado de Adolf Hitler, além de um diário. Ao folhear o diário, Servílio descobre vários escritos nos quais o dono da casa manifesta seu desprezo por um vizinho, por ele denominado "judeu sujo". Servílio, então, leva o fato ao conhecimento do vizinho, que, sentindo-se ofendido, noticia o fato em uma delegacia policial. Ouvido o dono da casa, este revela ser simpatizante do nazismo, usando o referido cômodo para dar secretamente vazão à sua ideologia. Outrossim, o diário seria uma forma de extravasar suas inquietações sem ser descoberto por terceiros. Considerando o caso concreto, é possível afirmar que a conduta do dono da casa:

- A) configura crime de difamação.
- B) configura crime de injúria por preconceito.
- C) configura crime de injúria.
- D) configura crime previsto em lei especial.
- E) é atípica.

Questão 53

Sobre as causas extintivas de punibilidade, é correto afirmar que:

- A) o indulto depende de lei ordinária para sua concessão.
- B) o prazo de prescrição da pretensão executória é aumentado em um terço quando o condenado é reincidente.
- C) na ação privada subsidiária da pública, a preempção determina a extinção da punibilidade do réu.
- D) a retratação do agente é possível na falsa comunicação de crime ou contravenção.
- E) a concessão de perdão judicial não interfere na possibilidade de reconhecimento da reincidência.

Questão 54

Amílcar, durante uma briga, tenta chutar seu adversário, mas sem querer acerta a própria esposa, que buscava apartar a contenda. Atingida no ventre, a mulher sofre ruptura do baço e é submetida a uma cirurgia de emergência, na qual tem o órgão extraído de seu corpo, medida que garante sua sobrevivência. Considerando que Amílcar em momento algum agiu com *animus necandi*, o comportamento do autor caracteriza crime de lesão corporal:

- A) culposa.
- B) gravíssima com aumento de pena em virtude da relação conjugal entre autor e vítima.
- C) grave.
- D) gravíssima.
- E) grave com aumento de pena em virtude da relação conjugal entre autor e vítima.

Questão 55

Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.

- A) O crime de apropriação indébita pressupõe a posse ou detenção lícita, mas vigiada, do agente sobre coisa móvel alheia, com subsequente inversão do título da posse ou detenção.
- B) Só se configura crime de estelionato quando há prejuízo patrimonial a outrem, consistente em perder o que já se possui ou em deixar de ganhar o que é devido, não bastando a mera obtenção de uma vantagem indevida pelo agente.
- C) Ocorre alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria quando o agente vende coisa de sua propriedade, todavia inalienável, crime do qual participa o adquirente que, cientificado de todas as circunstâncias que envolvem o negócio, opta por efetivá-lo.
- D) Constitui crime de esbulho possessório o ingresso clandestino de duas pessoas em edifício alheio, com a finalidade de usurpá-lo.
- E) Pratica crime de apropriação de coisa achada aquele que se apossa de uma carteira esquecida por colega sobre a mesa por este usada no escritório em que ambos trabalham.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**Questão 56**

Sobre inquérito, assinale a opção correta.

- A) Por ser o inquérito sigiloso, quando por imperiosa razão de ordem pública for, fundamentadamente, decretado o segredo, o advogado não terá acesso às diligências documentadas nos autos do inquérito.
- B) O inquérito é um procedimento administrativo, que embora admita o exercício de alguns direitos de defesa e de informação ao indiciado, tem natureza acusatória, é sigiloso e desprovido de ampla defesa e contraditório.
- C) A Constituição de 1988 instituiu o sistema acusatório, impondo a separação das funções de investigar, acusar, defender e julgar. Porém, isso não faz da polícia judiciária uma função essencial à justiça por não ser da essência e estrutura do sistema acusatório.
- D) O indiciamento é ato privativo da autoridade policial, ou seja, delegado de polícia, não cabendo ao Ministério Público, mesmo nos casos de requisição de sua instauração por parte do *Parquet*, definir o indiciamento.
- E) Nos casos de indiciado solto, o inquérito policial, nos termos do código de processo penal, deverá ser encerrado em 90 dias.

Questão 57

Sobre ação penal, assinale a correta.

- A) No crime de lesão corporal culposa no trânsito, a representação é uma condição específica de prosseguibilidade.
- B) Para a doutrina tradicional são condições da ação penal a legitimidade, o interesse de agir e a causa de pedir.
- C) Na ação penal privada podemos observar a hipótese de legitimidade extraordinária que dá azo a ocorrência da sucessão processual.
- D) Parte da doutrina sustenta, quanto a ação penal condenatória, a existência de 05 (cinco) condições para o regular exercício do direito de ação, a saber: legitimidade, interesse de agir, possibilidade jurídica da demanda, justa causa e originalidade.
- E) Não existe no processo penal a figura do assistente litisconsorcial.

Questão 58

Riobaldo, que se apresenta na Delegacia de Polícia com nome social de Diadorim Julieta, por ser travesti e apresentar-se vestida como mulher, dá notícia ao delegado de polícia que, por razões de ciúmes, seu companheiro Joca Ramiro, lhe agrediu com uma cabeçada que lhe fez cair ao chão. Em seguida foi agredida com chutes e pontapés. Não obstante, conseguiu fugir e se abrigar na casa de uma amiga. Tal fato ocorreu de manhã, e Diadorim permaneceu na casa de sua amiga durante todo o dia até que tomou coragem e, à noite, buscou a unidade de polícia judiciária. Narra ainda que no caminho recebeu ligações de Joca Ramiro dizendo que iria lhe matar porque não admitia que ela ficasse com outro homem. Ao delegado, Diadorim Julieta informa que não tem para onde ir, que a casa que constitui a residência do casal foi adquirida no curso da união e com esforço comum e que seus pertences pessoais e documentos encontram-se retidos no imóvel. Qual o procedimento adequado do Delegado de Polícia diante do quadro narrado?

- A) O delegado lavra o registro de ocorrência e representa a autoridade policial pela prisão preventiva para a garantia da ordem pública.
- B) O delegado de polícia lavra o registro de ocorrência, encaminha a vítima para o exame de corpo de delito e representa, no juízo de violência doméstica, pela aplicação das medidas protetivas de afastamento do lar e proibição de aproximação e contato, e subsidiariamente, pela busca e apreensão dos pertences da vítima e colocação em abrigo.
- C) O delegado não pode representar pelas medidas protetivas de urgência, vez que Diadorim Julieta, sendo travesti, não é mulher, portanto, não pode ter a proteção da Lei Maria da Penha.
- D) O delegado lavra o registro de ocorrência, encaminha a vítima para exame de corpo de delito.
- E) Lavra o registro de ocorrência, encaminha a vítima a exame de corpo de delito e requer busca e apreensão para saber se o autor do fato possui arma de fogo.

Questão 59

Leia as afirmativas a seguir.

- I. *o nemo tenetur se detegere* traduz-se na vedação da autoincriminação coercitiva. A jurisprudência do STF tem extraído deste princípio inúmeras limitações em matéria de produção de prova, como por exemplo, a garantia de ninguém ser obrigado a fornecer padrões grafotécnicos para perícia.
- II. As intervenções corporais coercitivas no processo penal, quando invasivas, violam a dignidade humana, destacadamente quando se pensa na fórmula-objeto de Dürig. Já as leves ou não invasivas, mesmo quando coercitivas, em razão da insignificância das mesmas, são toleradas e admissíveis, pois não há nada no ordenamento que justifique sua inadmissão.
- III. Dos cinco componentes da dignidade humana indicados pela doutrina alemã, a integridade física e espiritual tem especial relevância para o processo penal, em razão das limitações que impõe a colheita de provas, vedando, por exemplo, não só a tortura, como também a utilização de meios como soro da verdade e hipnose.
- IV. A busca da verdade real é princípio inquestionável e fundamental no processo penal. Sendo assim, eventualmente é possível admitir uma prova ilícita desde que haja uma ponderação e observância da razoabilidade, sendo a segurança pública elemento justificador da utilização da prova produzida ilicitamente quando esta for necessária para combater, por exemplo, o tráfico de drogas e o crime organizado.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) I e III.
- D) III e IV.
- E) I, II e IV.

Questão 60

Diante de um flagrante no qual a autoridade policial capitulou a conduta no art. 306 c/c 303, na forma do art. 302, §1º, I e III do CTB (Direção sob a influência de álcool, com lesão corporal culposa no trânsito, sem habilitação e sem prestar socorro), o Delegado de Polícia deixou de arbitrar fiança ao argumento de que com o concurso de crimes (direção embriagada e lesão corporal culposa no trânsito) a pena transcendia a 04 anos, não podendo o mesmo concedê-la. Feitas as comunicações da prisão, o Ministério Público opinou pela conversão do flagrante em preventiva aduzindo que o indiciado alcoolizado, sem CNH e tendo se evadido, deixa dúvida quanto a ter agido com culpa ou dolo eventual. Sobre estes fatos, marque a correta.

- A) O juiz não pode decretar a prisão por não haver hipótese legal de cabimento, vez que sendo dada pelo delegado a capitulação de um crime doloso (art. 306 CTB), com pena inferior a 04 anos, somado a um crime culposos (art. 303 CTB), a pena deste último não pode ser considerada na soma para autorizar a prisão, o que se extrai do art. 313, I do CPP, ao exigir para a medida extrema a ocorrência de crime doloso punido com pena superior a 04 anos.
- B) O juiz deveria, à luz dos argumentos do MP e da comunicação do delegado de polícia, decretar a prisão preventiva, pois estavam presentes os requisitos legais para tanto.
- C) Tem razão o Ministério Público, pois diante da dúvida sobre o dolo eventual e a culpa, nesta fase não se aplica a presunção de inocência que é uma regra que vincula apenas o juiz na hora do julgamento. Apesar da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, a eficácia vertical não alcança todos os órgãos e agentes do Estado, sendo a presunção de inocência direcionada ao juiz para impor ao julgamento final o *in dubio pro reo*.
- D) O delegado, diante da gravidade do fato, deveria ter, não apenas comunicado a prisão mas também representado pela prisão preventiva.
- E) A manifestação do MP está correta, pois, diante da gravidade dos fatos, a prisão afigura-se necessária para a garantia da ordem pública.

Questão 61

Sobre as funções do inquérito policial, leia as afirmativas.

- I. A função precípua da atividade de polícia judiciária é a defesa social, a preservação da ordem pública e o combate implacável à criminalidade.
- II. A instrução preliminar, que se consubstancia do inquérito policial, é uma "instituição indispensável à justiça penal". Seu primeiro benefício é "proteger o inculpaado".
- III. O processo é público e o inquérito é sigiloso. A principal função do sigilo é evitar a escandalosa publicidade sem que se tenha formado uma justa causa para o julgamento público no âmbito do processo. O sigilo, assim, antes da função utilitarista, possui função garantista.
- IV. Por motivos de defesa social e ordem pública, é possível apresentar o preso em flagrante às emissoras de televisão, assegurando a estas o direito à informação tutelado constitucionalmente.
- V. O inquérito ostenta a função preservadora, consistente em preservar a inocência contra acusações infundadas e o organismo judiciário contra o custo e a inutilidade em que estas redundariam, propiciando sólida base e elementos para a propositura e exercício da ação penal.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II e IV.
- B) II, III e V.
- C) I, III e IV.
- D) I e IV.
- E) III e V.

Questão 62

Sobre os meios de obtenção de prova, leia as afirmativas.

- I. Tem-se a escuta ambiental quando um terceiro (agente da investigação) colhe ou registra sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos (filma, grava sons, fotografa etc.), isto é, grava conversa ou registra o que se passa entre duas ou mais pessoas em qualquer ambiente, com o conhecimento de um deles.
- II. A interceptação ambiental ocorre quando um terceiro (agente da investigação) colhe, por algum meio (fotografia, filmagem, gravação de sons), o que se passa entre duas ou mais pessoas em um ambiente, sem o conhecimento de qualquer uma delas. Quanto à infiltração de agente, se requerida pelo Ministério Público, a manifestação técnica do delegado é vinculativa.
- III. A gravação ambiental, também conhecida como "gravação clandestina" acontece quando um dos interlocutores (via de regra, entre particulares) colhe ou registra sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos (filma, grava a sons, fotografa etc.), isto é, grava conversa ou registra o que se passa entre ambos em um ambiente qualquer, sem o conhecimento do outro interlocutor. Para o STF, tal medida exige autorização judicial.
- IV. A captação ambiental (escuta e interceptação feitas por agentes da investigação) não depende de autorização judicial.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II e IV.
- B) III e IV.
- C) II e III.
- D) I e II.
- E) I e III.

Questão 63

Leia as alternativas a seguir e assinale a correta.

- A) A audiência de custódia e o duplo grau de jurisdição, embora previstos em tratados internacionais, não podem ser considerados direitos fundamentais nos termos da Constituição, pois o artigo 5º da CRF/88 estabelece um rol taxativo de direitos fundamentais.
- B) O princípio do juiz natural tem tripla dimensão formal. A primeira veda os tribunais pos facto, a segunda proscreve a escolha de juiz. Para parte da doutrina, referido princípio apresenta, ainda, uma terceira dimensão formal, consiste no princípio da identidade física do juiz.
- C) A cláusula do devido processo traduz-se totalmente na garantia de um procedimento previsto em lei e não em um conjunto de princípios.
- D) O princípio da presunção de inocência funciona como uma regra de tratamento, sendo referência axiológica para o regime das prisões cautelares; e uma regra de julgamento, distribuindo o ônus da prova no processo penal, cabendo ao Ministério Público provar a tipicidade e à defesa provar as excludentes de ilicitude que alegar.
- E) São inadmissíveis no processo penal as provas ilícitas. Assim, estas não estão sob o regime das nulidades, que inclusive se submetem a discussão sobre sanatória. A sanção constitucional de inadmissibilidade é uma categoria mais rigorosa.

Questão 64

É correto afirmar:

- A) As medidas cautelares diversas da prisão podem ser designadas de "medidas alternativas" à prisão. Isto porque, nos termos do art. 310, II do CPP, para o juiz existe a discricionariedade para decretar a prisão e as cautelares diversas.
- B) No artigo 387, §2º do CPP, que dispõe que o tempo de prisão preventiva deve ser considerado pelo juiz ao fixar o regime da penas introduz no ordenamento jurídico uma verdadeira progressão cautelar do regime. Com efeito, se o tempo de prisão cautelar, em um caso de roubo qualificado, for inferior a 1/6 da pena, referida prisão será indiferente para a fixação do regime.
- C) O STF entende, com repercussão geral, que inquéritos arquivados ou ações penais em curso não podem ser considerados como maus antecedentes, mas podem ser considerados para elevar a pena com fundamento na conduta reprovável.
- D) O princípio da duração razoável do processo não incide sobre o inquérito policial.
- E) O Supremo Tribunal Federal concebeu a possibilidade da execução provisória da pena. Para a Corte, o instituto não viola a presunção de inocência. A decisão não unânime reflete um debate teórico que remonta a tensão entre a escola clássica e a escola técnico-jurídica da Itália. Esta última marcada por uma visão democrática do processo e a primeira afinada com os ideais do regime autoritário fascista.

Questão 65

São atos típicos do Delegado de Polícia:

- A) Auto de Prisão em Flagrante, Termo Circunstanciado, despacho saneador.
- B) Portaria de instauração do inquérito, decisão de indiciamento, representação por prisão preventiva e lavratura do Termo Circunstanciado.
- C) Portaria de instauração do inquérito, representação por prisão preventiva, Auto de Prisão em Flagrante e despacho saneador.
- D) Auto de Prisão em Flagrante, Termo Circunstanciado, decisão de pronúncia e denúncia.
- E) Portaria de instauração do inquérito, representação por prisão preventiva, Auto de Prisão em Flagrante e decisão de pronúncia.

MEDICINA LEGAL**Questão 66**

No que diz respeito às espécies de docimásias, pode-se afirmar que a de Vreden, Wendt e Gelé é:

- A) bacteriana.
- B) auricular.
- C) siálica.
- D) do nervo óptico.
- E) úrica.

Questão 67

As leis de Edouard Filhos e Karl Ritter Von Langer, são estudadas no campo das lesões produzidas por instrumentos:

- A) perfurantes de médio calibre.
- B) cortocontundentes.
- C) perfurocontundentes.
- D) perfurantes de pequeno calibre.
- E) contundentes.

Questão 68

Tiros encostados permitem identificar sinais específicos na pele da vítima. O desenho impresso na pele pela boca do cano e massa de mira do cano de uma arma de fogo refere-se ao sinal de:

- A) Thoinot.
- B) Bonnet.
- C) Puppe-Werkgaertner/Werkgaertner.
- D) Benassi-Cueli/Benassi.
- E) Chavigny.

Questão 69

Os "Quadrantes de Oscar Freire" são utilizados para designar a posição:

- A) da vítima em relação ao atirador de uma arma de fogo.
- B) do atirador de uma arma de fogo em relação à vítima.
- C) da lesão provocada pela ruptura da caixa craniana atingida por projétil de arma de fogo.
- D) da lesão provocada pela ruptura do hímen.
- E) da lesão de entrada provocada por projétil de arma de fogo no tórax da vítima.

Questão 70

Assinale a alternativa que contém um exemplo de fenômeno cadavérico abiótico consecutivo.

- A) Saponificação
- B) Putrefação
- C) Rigidez cadavérica
- D) Autólise
- E) Relaxamento dos esfíncteres

LEGISLAÇÃO ESPECIAL**Questão 71**

Acerca dos crimes ambientais, é correto afirmar que:

- A) comete crime aquele que provoca dano ambiental infimo, pois é vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- B) a Lei de Crimes Ambientais prevê como hipótese de estado de necessidade o abate de animal feroz que esteja atacando terceiros.
- C) o art. 54 da Lei nº 9.605, de 1998, contempla apenas a poluição hídrica, existindo outros dispositivos incriminando as demais espécies de poluição.
- D) a Lei nº 9.605, de 1998, contém exemplos daquilo que se convencionou chamar "administrativização do direito penal".
- E) a extração de recursos minerais sem autorização, permissão, concessão, licença ou concessão do órgão competente restou alijada da Lei nº 9.605, de 1998, pois já é prevista no Código Penal.

Questão 72

Leovegildo é integrante de grupo em um aplicativo de mensagens instantâneas para telefones celulares. Nesse grupo, os participantes corriqueiramente compartilham fotos e vídeos, por eles produzidos, de crianças em cenas pornográficas. Embora não concorde com a prática e sequer se manifeste no grupo, Leovegildo reluta em deixá-lo, por não querer melindrar o amigo que lá o adicionou, mas toma o cuidado de configurar o aplicativo para que não realize *downloads* automáticos dessas fotos e vídeos. Ao trocar de aparelho de telefonia celular, todavia, Leovegildo se esquece de repetir a configuração, de modo que, sem que Leovegildo saiba, um vídeo contendo filmagem de criança em cena de sexo explícito resta armazenado na memória do aparelho. Nesse mesmo dia, policiais que investigavam o grupo cumprem mandado de busca domiciliar na casa de Leovegildo, apreendendo seu telefone ao encontrá-lo. Perícia posterior revela a existência do vídeo. Assim, é correto afirmar que Leovegildo:

- A) comete o crime de armazenamento de vídeo de criança em cena de sexo explícito, previsto na Lei nº 8.069/1990, na forma dolosa.
- B) comete o crime de armazenamento de vídeo de criança em cena de sexo explícito, previsto na Lei nº 8.069/1990, na forma culposa.
- C) não comete crime previsto na Lei nº 8.069/1990.
- D) é partícipe do crime de distribuir, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, previsto na Lei nº 8.069/1990.
- E) é partícipe do crime de produzir cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, previsto na Lei nº 8.069/1990.

Questão 73

Durante uma operação policial de rotina, policiais rodoviários federais abordam o caminhão conduzido por Teotônio. Revistado o veículo, encontram um revólver calibre 38, contendo munições intactas em seu tambor, escondido no porta-luvas. Os policiais constataam, ainda, que a numeração de série do revólver não está visível, sendo certo que perícia posterior concluiria que o desaparecimento se deu por oxidação natural, decorrente da ação do tempo. Questionado, Teotônio revela não possuir porte de arma e sequer tem o instrumento registrado em seu nome. Afirma, também, que a arma fora adquirida para que pudesse se proteger, pois um desafeto o ameaçara, prometendo-lhe agressão física futura. Nesse contexto, é correto afirmar que Teotônio:

- A) cometeu crime de porte de arma de fogo de uso permitido.
- B) cometeu crime de porte ou posse de arma de fogo com numeração suprimida.
- C) cometeu crime de posse de arma de fogo de uso permitido.
- D) Não cometeu crime.
- E) cometeu crime de porte ou posse de arma de fogo de uso restrito.

Questão 74

Analisando as hipóteses a seguir, assinale aquela que contempla uma conduta incriminada pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 1997).

- A) Ao não conseguir acionar o motor de seu automóvel, Oldemário resolve empurrá-lo em via pública. Todavia, não percebe que o veículo está próximo a uma pequena ladeira, o que faz com que ele desça desgovernado. Assim, o automóvel acaba por atingir uma pessoa que caminhava pela via, ferindo-a.
- B) Marinalva, ao conduzir seu automóvel em via pública, é parada por policiais militares, que a viram ingerindo bebidas alcoólicas em um bar pouco antes de assumir a direção do veículo. Mesmo percebendo que Marinalva não apresenta qualquer alteração da capacidade psicomotora, o que é posteriormente comprovado pericialmente, os policiais submetem a motorista ao teste do etilômetro, que constata concentração de álcool superior a 0,3 miligrama por litro de ar alveolar. Saliente-se que, devido ao horário, as vias por que Marinalva passou estavam desertas e esta não praticou qualquer ato de direção em desacordo com as leis de trânsito, salvo a ingestão alcoólica.
- C) Pafúncio, dirigindo seu automóvel em determinada via pública, percebe a colisão de um outro carro contra uma árvore, evento no qual Pafúncio não teve qualquer participação. Percebe, ainda, que o condutor do outro carro está ferido e precisa de imediato auxílio. Contudo, não querendo envolvimento com o fato, Pafúncio segue seu caminho, omitindo-se.
- D) Regilson se envolve em um acidente de trânsito para o qual não concorreu sequer culposamente e em que ocorreu a produção unicamente de danos patrimoniais. Instado a apresentar a carteira de habilitação pelo agente público que esteve no local da ocorrência, Regilson revela não ter permissão ou habilitação para dirigir, embora ocupasse a direção de veículo automotor quando do acidente.
- E) Menelau, usando uma motocicleta para transitar em via interna do condomínio onde mora, descuidadamente atropela Aquiles, causando sua morte.

Questão 75

Sobre a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) e as normas que a complementam, assinale a resposta correta.

- A) O crime previsto no art. 28 da lei especial tem prazo prescricional fixado em dois anos.
- B) A destruição de plantações ilícitas não pode se dar de forma imediata pelo Delegado de Polícia, exigindo-se autorização judicial para tal.
- C) Não pode o poder público autorizar o uso de plantas psicotrópicas para exclusiva finalidade ritualística-religiosa.
- D) Não há a previsão de condutas culposas na Lei nº 11.343, de 2006.
- E) O analgésico morfina foi retirado das listas anexas à Portaria nº 344/ANVISA, de 1998, de modo que não mais pode ser considerado uma droga para fins de aplicação da Lei nº 11.343.

Questão 76

Acerca da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:

- A) quando, durante a execução de pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental, o Juiz poderá determinar a conversão da pena em medida de segurança, consistente em tratamento ambulatorial ou internação. Determinado o tratamento ambulatorial, este não mais poderá ser convertido em internação.
- B) a jurisprudência – em geral – posiciona-se contrariamente à prisão albergue domiciliar, determinada em razão de ausência de vagas em casa de albergado, uma vez que a hipótese não é prevista no art. 117 da Lei nº 7.210, de 1984.
- C) é expressamente vedada pela Lei nº 7.210, de 1984, a regressão de regime per *saltum*.
- D) o ingresso do condenado no regime aberto é ato unilateral, de modo que dispensa aceitação de seu programa e das condições impostas pelo Juiz.
- E) boa parte da doutrina sustenta a inconstitucionalidade do regime disciplinar diferenciado. Um dos argumentos utilizados se baseia na violação ao princípio da taxatividade.

Questão 77

A pessoa que se apropria de pensão de idoso, dando-lhe destinação diversa daquela definida como sua finalidade:

- A) comete crime previsto na Lei nº 10.741, que respeitará o procedimento comum ordinário, embora com a possibilidade de aplicação de transação penal.
- B) comete crime previsto na Lei nº 10.741, que respeitará o procedimento comum ordinário, sendo vedada a transação penal.
- C) comete crime previsto na Lei nº 10.741, que respeitará o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 1995, inclusive quanto à transação penal.
- D) comete crime previsto no Código Penal, que respeitará o procedimento comum ordinário.
- E) comete crime previsto na Lei nº 10.741, que respeitará o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 1995, sendo vedada a transação penal.

Questão 78

Sobre a Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, é correto afirmar que:

- A) a fim de conferir celeridade à investigação, o Delegado de Polícia pode solicitar que a agredida entregue intimação ao agressor.
- B) ao atender um caso de violência doméstica ou familiar contra a mulher, o Delegado de Polícia poderá, de imediato, determinar o afastamento do agressor do local de convivência com a agredida.
- C) nas relações íntimas de afeto, a aplicação da Lei nº 11.340/2006 exige coabitação entre agressor e agredida.
- D) o crime de furto não pode ser considerado uma das formas de violência doméstica ou familiar contra a mulher.
- E) a representação por medidas protetivas de urgência deverá seguir a juízo em expediente apartado, no prazo de 48 horas.

Questão 79

Crisóstomo, policial militar, e Elesbão, agente da Polícia Civil, agindo em comunhão de esforços e desígnios, buscando a confissão de um crime, provocaram intenso sofrimento físico a Nicanor. Posteriormente, Vitorino, delegado de polícia, ao saber do ocorrido, mesmo possuindo atribuição investigativa, opta por não apurar o caso, visando a abafá-lo. Nesse contexto é correto afirmar que:

- A) todos praticaram crimes da Lei nº 9.455, contudo a conduta do delegado não é equiparada a crime hediondo.
- B) o policial militar cometeu crime militar, equiparado a hediondo; o agente cometeu crime previsto na Lei nº 9.455, também equiparado a hediondo; e o delegado cometeu crime de prevaricação, não hediondo.
- C) o policial militar e o agente cometeram crime previsto na Lei nº 9.455, equiparado a hediondo; e o delegado cometeu crime de prevaricação, não hediondo.
- D) todos praticaram crimes equiparados a hediondo, previstos na Lei nº 9.455.
- E) o policial militar cometeu crime militar, não hediondo; o agente cometeu crime previsto na Lei nº 9.455, equiparado a hediondo; e o delegado cometeu crime de prevaricação, não hediondo.

Questão 80

Entre as alternativas a seguir, assinale a correta.

- A) A legislação brasileira que cuida da lavagem de dinheiro é considerada uma lei de segunda geração.
- B) O reconhecimento do delito de lavagem de dinheiro opera a absorção do crime anterior por este, em virtude do concurso aparente de normas.
- C) Somente responde por lavagem de dinheiro quem também foi autor do crime antecedente.
- D) A Lei nº 9.613, de 1998, não prevê expressamente o sequestro de bens em nome do investigado, restando, para a medida assecuratória, a aplicação subsidiária das normas processuais.
- E) A fase de layering, ou dissimulação, na lavagem de dinheiro, é aquela em que se busca dar aos recursos financeiros a aparência de legítimos, à qual se sucede a fase de integração (integration).